

A propagação da fome no mundo: questão financeira, tecnológica ou política?

Flávia Maria de Mello Bliska¹, Celso Luís Rodrigues Vegro², Adriano Augusto Bliska³

RESUMO

No atual colapso financeiro acentuou-se a tendência de queda nas cotações dos ativos e na expectativa de rentabilidade dos agentes econômicos. A subsequente crise de confiança generalizada resultou em drástica redução da demanda agregada, principalmente via redução de investimentos e restrições severas à concessão de crédito. Diante disso, a possibilidade de escassez de investimentos agrícola e agroindustrial associados à falência financeira propriamente dita pode induzir uma crise alimentar, especialmente entre a parcela da população mundial atualmente fragilizada pela insuficiência da oferta, em razão de baixas produtividades obtidas e/ou ocorrência de severos distúrbios climáticos nos cinturões produtores locais, ou ainda pelas limitações da renda familiar disponível, em razão principalmente, de desemprego e baixos salários. Tais preocupações permeiam este artigo, que procura construir um paralelismo entre a extensão da fome que grassou o mundo pós-colapso financeiro de 1929 e o atual, ou seja, um delineamento da provável geografia da fome no mundo globalizado, considerando o desenvolvimento tecnológico agrícola recente e, principalmente, as ações dos países mais desenvolvidos e em desenvolvimento, orientadas pela tentativa de mitigar os impactos de uma escassez alimentar de amplas dimensões.

Palavras-chave: Crise econômica, globalização, investimentos, segurança alimentar.

ABSTRACT

Increasing hunger in the world: financial, technical or policy issue?

The current financial collapse has aggravated the tendency of fall in asset prices and return expectation of economic agents. The subsequent widespread crisis of trust resulted in drastic reduction in aggregate demand, mainly by reducing investment and severe restrictions on credit concession. Thus, the possibility of shortage of agricultural and agribusiness investments, associated with financial failure itself, may induce a food crisis, especially among the portion of the world's population currently weakened by the lack of supply, due to low productivity and/or occurrence of severe climatic disturbances in the local producing areas, or still limitations of available family income, mainly caused by unemployment and low wages. These concerns permeate this article, which seeks to build a parallel between the extent of severe hunger that occurred in the world post-financial collapse of 1929 and the present one, that is, an outline of the hunger geography in the globalized world, considering the recent agricultural technological development and particularly the actions of the most developed countries and developing countries, guided by the attempt to mitigate the impacts of a food shortage in a large dimensions.

Key words: Economic crisis, globalization, investment, food safety.

Recebido para publicação em março de 2009 e aprovado em maio de 2009

¹ Centro de Café "Alcides Carvalho", Instituto Agrônomo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Caixa Postal 28, 13012-970 Campinas (SP), E-mail: bliska@iac.sp.gov.br

² Instituto de Economia Agrícola, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Av. Miguel Stéfano, 3900, Água Funda, 04301-903 São Paulo (SP), E-mail: celvegro@iea.sp.gov.br

³ Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Caixa Postal 6135, 13083-857 Campinas (SP), E-mail: adriano_bliska@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Ao analisar os colapsos financeiros, duas marcantes imagens costumam surgir no subconsciente popular. A primeira é aquela em que uma fila de desempregados se forma diariamente para tomar a sopa oferecida pelo exército da salvação nas ruas das grandes cidades estadunidenses após a crise de 1929⁴; a segunda, o café sendo atirado ao mar ou queimando na região do porto de Santos^{5,6}. Quase 80 anos depois, os efeitos de mais uma grave crise financeira começam a se tornar patentes. A redução de milhares de postos de trabalho ao redor do mundo é seu reflexo mais pungente. É possível que o atual colapso não crie ondas de famélicos nos países desenvolvidos de forma tão generalizada quanto no passado, mas o risco da escassez alimentar se estender vigorosamente aos países menos favorecidos não pode ser desprezado, assim como provável menor condição de acesso aos alimentos pelas populações até então mais favorecidas.

Primeiro, este artigo contextualiza a “fome”, discute as relações entre a oferta e demanda mundial de alimentos e o desenvolvimento tecnológico recente na agricultura. Depois, discute os efeitos daquela que foi considerada até recentemente a maior crise econômica contemporânea, a depressão econômica de 1929-1932 e seus reflexos sobre a dispersão da fome no mundo nos anos subsequentes àquela ruína financeira.

A seguir, o artigo compara os efeitos do colapso do século passado com os prováveis efeitos esperados do atual desmantelamento financeiro. Concluindo, procura-se estabelecer a dimensão que o drama da fome poderá alcançar em função do colapso financeiro de 2008 e, principalmente, analisar em que medida a propagação da fome se vincula a fatores financeiros, tecnológicos e políticos – objeto central deste estudo.

As informações estatísticas, conjunturais e históricas analisadas no artigo, bem como as teorias e os conceitos econômicos que permeiam as análises realizadas, foram obtidas com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as entidades de classe, a literatura científica e mídia especializada. Uma vez que compreender os efeitos de uma crise econômica implica desagregá-los nas diferentes classes que compõem determinada sociedade, bem como seus reflexos nas diferentes nações, regiões e blocos econômicos⁷. Este artigo contextualiza os efeitos dos colapsos de 1929 e de 2008 de acordo com esse critério.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA FOME

Fome, desnutrição, inanição, (in)segurança alimentar. Palavras com significados diversos e inter-relacionados. Inevitavelmente relacionados à pobreza, à miséria e à má distribuição de rendas. Defini-las é quase tão importante quanto discutir suas causas e consequências. Afinal, são temas debatidos quase à exaustão em grande parte do mundo e, ainda assim, sem solução aparente.

Desde o nascimento o homem precisa se alimentar, ou seja, ingerir hidratos de carbono, gorduras, proteínas, sais e água, encontrados nas carnes, nos vegetais e minerais. A alimentação é um ato natural, cercado por cerimonial e, muitas vezes, transformado em expressão de solidariedade, ritual político ou alta etiqueta. Entretanto, ao mesmo tempo em que o acesso aos alimentos é um direito humano, é também um problema para milhões de pessoas que trabalham para sobreviver: “A comida é um dos principais veículos por meio do qual os pobres urbanos pensam em sua condição”⁸. A sensação que traduz o desejo de comer pode ser denominada “fome”, assim como a carência alimentar ou subalimentação, a escassez ou míngua de víveres e a miséria. “No passado, empregava-se a palavra fome para exprimir a falta de alimentos para satisfação do apetite. Os mortos de fome o eram por completa inanição. No sentido moderno, fome é a falta de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde. Essa falta ocasiona morte prematura, embora não acarrete, necessariamente, a inanição por falta absoluta de alimento.” De acordo com a definição moderna, dois terços da população mundial passa fome.⁹ E esse tipo de fome é encontrado tanto em países ricos, desenvolvidos, com excedentes agrícolas, como nos países pobres. Ou seja, a fome pode ser quantitativa ou qualitativa, pois além da disponibilidade de alimentos é preciso analisar se volumes semelhantes de alimentos fornecem os nutrientes necessários à população^{10, 11}.

Quanto à segurança alimentar, o artigo a interpreta como disponibilidade e acesso aos alimentos, embora em outros contextos possa ser interpretada como garantia de consumo em perfeitas condições e sem riscos ao consumidor. Em geral, os debates sobre segurança alimentar sintetizam quatro questões¹²:

- Disponibilidade de alimentos: determinada pela produção nacional, capacidade de importação e existência de reservas e de ajudas alimentares.

⁴ PRADO, 2007.

⁵ TAUNAY, 1942. Ao final de 1931, 2,5 milhões de sacas de café foram incineradas como parte do esforço governamental de evitar o colapso da cafeicultura. História do café no Brasil, p. 455-456.

⁶ NOGUEIROL, 2008.

⁷ ZAMBONI, 1979.

⁸ ZALUAR, 1985, p.105.

⁹ LIMA SOBRINHO, 1981. Fome, agricultura e política no Brasil. A chantagem alimentar. p. 13.

¹⁰ LIMA SOBRINHO, 1981, p. 20.

¹¹ Desnutrição: efeitos de uma subalimentação causada por uma fome não saciada. Má nutrição: vício específico da alimentação, incluindo déficit mineral e vitamínico.

¹² FAO, 2008.

- Acesso à alimentação: depende dos níveis de pobreza, do poder de compra das famílias dos preços, da infraestrutura de transporte, dos mercados e da distribuição alimentar.

- Estabilidade e acesso aos abastecimentos: dependem de condições atmosféricas, flutuações de preços, catástrofes provocadas pelo homem e fatores políticos e econômicos.

- Utilização de alimentos seguros e saudáveis: depende da assistência à alimentação, segurança alimentar, qualidade dos alimentos, do acesso à água potável, da saúde e higiene.

Há indicações de que o problema da fome pode estar mais relacionado com a forma de utilização das terras agrícolas do que com a área cultivada. Isto é, enquanto em alguns países é cultivado um hectare de terra por habitante e ainda assim a população passa fome, em outros metade dessa área é cultivada por habitante e a maior parte da população não passa fome. Em parte da África, a população é menos densa que há cinco séculos, e ainda passa fome. A América Latina, na década de 1980, com 16% das terras agricultáveis do mundo e apenas 6% da população mundial possuía proporcionalmente mais subalimentados do que países superpopulosos como a Índia.¹³ Qual a origem dessas diferenças?

Bangladesh, país que invariavelmente é utilizado como exemplo de população morrendo de fome, de acordo com estudo do Congresso norte-americano de 1976, possui terras férteis, água, reserva de mão de obra e gás natural em abundância, a ponto de poder levá-lo não só à autossuficiência, mas também torná-lo exportador de produtos alimentares, mesmo se considerando o rápido crescimento da população¹⁴. Por que, mais de 30 anos após tal relatório a situação de Bangladesh não se alterou de forma significativa?

Como produzir alimentos suficientes para alimentar de forma adequada a população em países como Uganda, onde no século XXI, um instrumento básico no trabalho agrícola, como a enxada, tem um cabo de 50 cm de comprimento? Qual o rendimento desse trabalho? Qual o reflexo na saúde do trabalhador, em termos ergonômicos? Ademais, em que proporção a produtividade do trabalho desse camponês poderia ser incrementada caso houvesse a possibilidade da introdução de tratores e insumos agrícolas capazes de suprir as necessidades de sua produção agropecuária?

Acesso aos meios de produção e às tecnologias adequadas, porém não necessariamente sofisticadas, e às políticas públicas setoriais e políticas econômicas e geopolíticas dos países ricos pode ser algumas das razões. Uma delas, levantada pela economista africana Dambisa Moyo, é a política assistencialista dos países ricos nos últimos 50 anos¹⁵. Para a economista, as lideranças do debate sobre o futuro da África deveriam ser as autoridades eleitas do continente, da sociedade africana, pois não é possível obter política eficiente no longo prazo com base em ideias de pessoas que não vivem no continente africano ou não experimentaram as condições africanas por período suficientemente longo. O crescimento nulo e o aumento da miséria no continente africano nos últimos 50 anos, apesar do auxílio de US\$ 1 trilhão no período, mostram o caráter enganoso da política assistencialista empregada na África pelos países ricos. Moyo alerta para nunca se oferecer ajuda sem exigir prestação de contas, pois permite a corrupção. Uma das sugestões de Moyo aos países ricos é incentivar o comércio com os países pobres¹⁶. Essa posição é defendida em relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO¹⁷), segundo o qual a comunidade internacional deve reforçar com urgência a credibilidade e a solidez do sistema de comércio internacional, o qual pode ser importante fonte de estabilização do mercado, por meio de regras comerciais mais estáveis e transparentes, permitindo aos países responder aos déficits de produção interna via mercado, com melhor produtividade agrícola. Na erradicação da fome é comum a adoção de medidas para o curto prazo, como a proibição de exportações, para proteger o mercado interno. Entretanto, esse tipo de política pode desestabilizar ainda mais os mercados e prejudicar países que dependem dessas importações para garantir sua segurança alimentar, como aqueles apresentados no Quadro 1¹⁸. Moyo acredita que a atual crise pode ser uma oportunidade ímpar para o continente africano se reestruturar e iniciar um processo duradouro para solucionar seus problemas socioeconômicos.

Recentemente, um dos fatores mais debatidos internacionalmente quanto à possibilidade de interferência no acesso aos alimentos é a expansão da produção de biocombustíveis. Essa interferência poderia ocorrer tanto no nível internacional como doméstico, principalmente por meio de seus efeitos sobre os preços dos alimentos e sobre a renda, especialmente no curto prazo. No médio e longo prazos o aumento dos preços agrícolas possibilitaria uma resposta da oferta e o fortalecimento e revitalização do papel da agricultura como promotor do crescimento nos países em desenvolvimento¹⁹.

¹³ LIMA SOBRINHO, 1981, p. 21.

¹⁴ LIMA SOBRINHO, 1981, "World hunger, health and refugee problems", p. 21.

¹⁵ CAMINOTO, 2008.

¹⁶ A FAO estima que o nível de ajuda internacional aos países pobres caiu ao nível mais baixo dos últimos 40 anos (FAO, 2008). Estima, ainda, que sejam necessários US\$ 30 bilhões anuais para garantir a segurança alimentar da população mundial. No entanto,

tão importante quanto o volume de ajuda é desenvolver estratégias para transformar essa ajuda em investimentos de infra-estrutura agrícola, saúde, educação pública, assistência técnica e crédito para os agricultores familiares (SILVA, 2009).

¹⁷ FAO, 2008.

¹⁸ FAO, 2008.

¹⁹ Idem.

Com relação a possíveis aumentos no preço de alimentos, a intensidade com que os diferentes países poderão ser afetados dependerá da relação entre importação e exportação das *commodities* agrícolas. Enquanto alguns países se beneficiarão do aumento, outros poderão ser prejudicados, principalmente aqueles menos desenvolvidos, que enfrentam déficit no comércio agrícola há anos. O aumento de preços das *commodities* tem elevado o custo das importações de alimentos, que têm alcançado preços sem precedentes. Dados da FAO indicam que os gastos mundiais com produtos alimentícios importados, em 2007, cresceram 29% em relação ao ano anterior. Esse aumento deveu-se principalmente aos preços de importação dos cereais e óleos vegetais, o que leva também ao aumento dos preços das carnes e produtos lácteos. Além disso, os preços das *commodities* têm sido afetados pela elevação dos fretes internacionais, também a níveis máximos. Esse quadro mostra que, de modo geral, aumentos de preços poderão afetar especialmente os países de baixa renda e com déficit alimentar (Quadro 1)²⁰.

Definido o conceito de “fome”, pergunta-se: A fome no mundo decorre do déficit de alimentos? Afinal, segundo a teoria de Thomas Malthus (1766-1834), o crescimento da população tende sempre a superar a produção de alimentos.²¹

Nas últimas décadas observa-se tendência de modernização da agropecuária, principalmente quanto ao desenvolvimento de novos cultivares, mais produtivos, resistentes a agentes bióticos e abióticos, adaptados às mais diversas condições ambientais, além do desenvolvimento expressivo da mecanização da agricultura, principalmente na produção de grãos, mesmo que escoltado pela redução de postos de trabalho. De modo geral, ciência e tecnologia têm sido consideradas muito importantes, se não essenciais, para melhorar as condições de vida nos países pobres²³. Seria essa modernização suficiente para alimentar a população do mundo atual? Para o professor Ariovaldo Oliveira, esse desenvolvimento tecnológico seria suficiente caso tivesse como finalidade maior o suprimento das necessidades alimentares da po-

Tabela 1. Principais países importadores de petróleo e cereais classificados pela prevalência da subnutrição²²

País	Petróleo importado	Principais cereais	Predominância da
	Porcentagem de consumo	importados	subnutrição
		Porcentagem de produção nacional	Porcentagem da população
Eritreia	100	88	75
Burundi	100	12	66
Comores	100	80	60
Tajiquistão	99	43	56
Serra Leoa	100	53	51
Libéria	100	62	50
Zimbábue	100	2	47
Etiópia	100	22	46
Haiti	100	72	46
Zâmbia	100	4	46
República Centro-africana	100	25	44
Moçambique	100	20	44
República Unida de Tanzânia	100	14	44
Guiné-Bissau	100	55	39
Madagascar	100	14	38
Malawi	100	7	35
Camboja	100	5	33
República Popular Democrática da Coreia	98	45	33
Ruanda	100	29	33
Botsuana	100	76	32
Níger	100	82	32
Quênia	100	20	31

Fonte: FAO, 2008.

²⁰ FAO, 2008

²¹ Segundo Malthus, em sua obra “Ensaio sobre o princípio da população”, a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos cresce em progressão aritmética. A solução para evitar catástrofes provocadas pelo excesso de população consistiria, na restrição dos programas assistenciais públicos e controle da natalidade para restaurar o equilíbrio.

²² Os países menos desenvolvidos são classificados como tais com base nos seguintes critérios: a) baixa renda (média de três anos do PIB *per capita* abaixo de US\$ 750), b) insuficiência de recursos humanos; e c) vulnerabilidade econômica (FAO, 2008).

pulação e não a geração de lucros. “O problema da fome não é técnico. A tecnologia disponível já no final da década de 1980 permitiria a produção de alimentos para 17 bilhões de pessoas”²⁴.

No entanto, dados do IBGE²⁵ indicam que no Brasil, país classificado entre os 10 maiores produtores mundiais de grãos, há 3,3 milhões de famílias em situação de “insegurança alimentar”, isto é, 44 milhões de pessoas passam fome.

Relatório da ONU, Organização das Nações Unidas, de 2004 estima que 852 milhões de pessoas morreram de subnutrição ou fome no período entre 2000 e 2002²⁶, ou seja, um em cada sete habitantes do planeta. Adicione-se a isso os 2 bilhões de seres humanos com carência diária de micronutrientes.

Embora diversos países aparentem boa vontade em solucionar o problema da fome, geralmente empregam em suas tentativas políticas distribuição de renda ou compensatórias que podem reduzir o problema, mas que não o solucionam. Além disso, as pessoas atingidas pela fome são desempregadas, em geral sem qualificação profissional ou sem renda, o que exige políticas educacionais e de capacitação técnica efetivas. Isto é, não bastam as políticas tecnológicas, agrárias, monetárias, fiscais e assistencialistas²⁷.

RECESSÃO E FOME NA DÉCADA DE 1930

A origem da depressão pós-1929 está intimamente relacionada a quatro mecanismos²⁸. Primeiro, a redução do volume de importações dos países capitalistas mais adiantados de forma mais do que proporcional à queda do volume de produção desses países. Consequentemente houve declínio acentuado nas exportações do resto do mundo para os países desenvolvidos. O segundo foi uma mudança nos preços relativos favorável aos importadores, cujos efeitos foram acentuados pelas políticas protecionistas em favorecimento dos produtos de suas respectivas colônias.

O terceiro mecanismo foi o colapso no mercado de capitais. A euforia norte-americana da década de 1920 – em função do desenvolvimento industrial que supriu a Europa durante a primeira grande guerra, além da América Latina e do próprio mercado norte-americano – começou a se esgotar. Os países europeus começaram a se reconstruir e reduziram a demanda de produtos norte-americanos, cujo mercado interno já se encontrava abalado pela má distribuição de renda. Muitos investidores tentaram

vender ações, cujos preços começaram a cair em razão do aumento da oferta e iniciou-se o pânico generalizado. A descoberta de que a escalada nas cotações das ações era em parte derivada de estratégias conduzidas pelos conglomerados, adquirindo participações cruzadas e com isso promovendo altas fictícias nas ações foi, sem dúvida, um dos principais estopins do surto de pânico que se propagou entre os pequenos investidores.²⁹ E o quarto mecanismo foi uma profunda queda no nível geral de preços na década de 1930, porém de forma diferente em cada país, o que resultou em conseqüências adversas aos países periféricos, em função da distribuição desigual de encargos entre credores e devedores.

Em função do caráter sistêmico que as finanças adquiriram nas economias capitalistas, na esteira do colapso financeiro de 1929, seguiu-se uma crise produtiva: desemprego elevado e queda nas cotações das principais *commodities* e na produção manufatureira. Nos Estados Unidos a miséria se estendeu a milhões de operários e agricultores, memorizados nas filas de sopa espalhadas pelo País. A ausência da adoção de políticas econômicas efetivas aprofundou a crise econômica e fortunas desapareceram pelo efeito dominó. Para a recuperação norte-americana, o presidente Roosevelt propôs o *New Deal*³⁰, uma complexa estrutura de regulação da economia e de estímulo à retomada na indústria, na agricultura e na infraestrutura, em que o gasto público dinamizou a economia³¹. Simultaneamente, na Alemanha Hitlerista mecanismos semipúblicos também estimularam os investimentos e gastos em infraestrutura produtiva, urbana e na indústria bélica.

Nessa época, John Maynard Keynes produziu a teoria econômica que serviu de base para a intervenção do Estado na economia em sua “Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro”³². Em síntese, segundo a teoria geral, o volume do investimento depende da eficácia marginal do capital e da taxa de juros; a eficácia marginal do capital depende das previsões de lucros e do custo de reposição dos bens de capital; e a taxa de juros depende da quantidade de dinheiro e do estado de preferência à liquidez. Ou seja, o emprego depende da procura efetiva, que é determinada pela propensão a consumir e pelo incentivo ao investimento, via alteração na taxa de juros e/ou na eficácia marginal do capital³³.

Ademais, estabeleceram-se as razões para as crises cíclicas das economias de mercado, definindo o conceito de “paradoxo do investimento”. Segundo tal perspectiva,

²³ CIÊNCIA, TECNOLOGIA..., 2005.

²⁴ In: ABBATE, 2006. Fome e tecnologia.

²⁵ ABBATE, 2006.

²⁶ www.fao.org/documents, citada in ABBATE, 2006.

²⁷ “A questão é de natureza política e econômica. As diferentes sociedades existentes no mundo nunca resolveram o problema da fome porque suas elites não têm interesse”. Professor Arioaldo Oliveira In: ABBATE, 2006. Fome e tecnologia.

²⁸ MADDISON, 1985, parte 1, p. 13-22.

²⁹ GALBRAITH, 1988.

³⁰ COUTINHO, sd.a; COUTINHO, sd.b; FURTADO, 2007; GALBRAITH, 1988; AURELIANO, 1999.

³¹ MADDISON, 1985; PRADO, 2007.

³² KEYNES, 1982.

³³ DILLARD, 1993, p. 47

“a eficiência marginal do capital tende a diminuir com o aumento do investimento, por duas razões. Primeira: à medida que se incrementa a quantidade de instalações produtivas, diminuem os rendimentos que previsivelmente podem-se obter com a posse delas. Segunda: à medida que se aumenta a pressão sobre os recursos para produzir equipamento adicional de capital, seu custo de reposição aumenta. Se o atual ciclo de recessão estiver parcialmente associado com essa lei keynesiana, o prazo a ser consumido até que se reverta a conjuntura em favor do crescimento pode ser bem mais elástico do que as previsões mais pessimistas”³⁴.

Entre os países centrais³⁵, a crise foi muito mais profunda e prolongada na América do Norte do que em qualquer outra parte do mundo. A redução no Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos foi muito mais drástica do que na Europa ou no Japão. Transcorreram 43 meses até que o colapso de novembro de 1929 alcançasse seu ponto mais baixo e a recuperação econômica estadunidense regressou somente 10 anos depois da crise. A ausência da intervenção do estado na adoção de políticas anticíclicas contribuiu no tempo de extensão da depressão econômica.

A retração na economia europeia aumentou a exploração de suas colônias na África e na Ásia, estendendo a elas seus efeitos recessivos. Entre os países periféricos³⁶, a contaminação recessiva foi muito mais forte na América Latina do que na Ásia, uma vez que nesse período 48% das exportações latino-americanas destinavam-se aos Estados Unidos, enquanto apenas 8% das asiáticas³⁷. As reduções no nível do comércio e na riqueza da América Latina foram muito superiores às da Ásia, que, além de apresentarem baixa taxa de dependência das exportações, apresentavam pauta de exportações mais diversificada. Enquanto na América Latina os períodos de crise estiveram mais alinhados com os países desenvolvidos, na Ásia a situação foi diferente. Na China a crise se aprofundou em 1934, em razão da queda nas colheitas, enquanto na Coreia e Índia se agravou em 1931 e em Taiwan em 1933. No entanto, os efeitos da depressão no continente africano foram mais heterogêneos que na América Latina³⁸.

Isso ocorreu em razão das diferentes políticas econômicas e geopolíticas, principalmente devido à influência japonesa em suas duas colônias, Coreia e Taiwan. Dentre os países asiáticos, a Coreia apresentou o maior crescimento econômico da década de 1930, em função do estímulo à industrialização, sustentado por disponibilidade de água, recursos minerais e mão de obra barata. O desen-

volvimento de Taiwan foi fomentado com o objetivo de fornecer alimentos ao Japão, principalmente açúcar e arroz, por meio de desenvolvimento tecnológico significativo, que resultou em altas produtividades³⁹.

Inglaterra e Holanda aplicaram em suas colônias asiáticas (Índia e Indonésia, respectivamente) políticas deflacionárias – “mais ortodoxas” – do que as utilizadas na América Latina durante todo o período da crise, enquanto a China, em função principalmente de exigências de guerra e do sistema de lastro em prata, encaminhou-se para a política fiscal inflacionária⁴⁰.

A desorganização das finanças nacionais praticamente impeliu os países mais afetados pela crise em direção ao protecionismo de seus mercados domésticos. O protecionismo norte-americano foi direcionado a países periféricos, como Chile e Cuba – os dois países latino-americanos mais afetados pela depressão –, com crises acentuadas por essa política. A Europa direcionou seu protecionismo principalmente a outros países desenvolvidos, que estabeleceram tarifas comerciais favoráveis às suas colônias, principalmente africanas.

Na América Latina essa discriminação afetou principalmente a Argentina, em razão da queda no volume de exportações. Além disso, a Argentina não utilizou a moratória de suas dívidas externas, contraídas principalmente com a Inglaterra, com isso sua política interna foi muito mais deflacionária. O Chile foi duramente afetado pela crise, pois suas exportações – concentradas em minerais – caíram drasticamente e, adicionalmente, em 1932 os Estados Unidos impuseram pesada tarifa sobre as importações de cobre⁴¹. Brasil e Colômbia estabeleceram acordos bilaterais com países europeus. Observou-se na América Latina um processo de recuperação entre 1932 e 1937.

Qual o efeito da crise pós-1929 sobre a fome? “Em 1930, 1931 e 1932 havia gente passando fome. Outros eram torturados pelo medo de vir a passar fome. A outros ainda agoniava a perda da honra e da respeitabilidade, que, juntamente com a renda, se afundavam na pobreza. E outras tantas pessoas sofriam prevendo-se as vítimas seguintes. Todo mundo, pois, se deixava tomar pela desesperança mais extremada. Nada se podia fazer, ao que parecia. E dadas às ideias que norteavam a política econômica, nada se podia fazer mesmo”⁴².

Como os efeitos da crise atuaram sobre as diferentes classes socioeconômicas participantes das estruturas produtivas características da época? Na economia norte-americana, onde a distribuição da renda era muito desequilibrada, o colapso financeiro atingiu primeiro a classe

³⁴ KURIHARA, 1961.

³⁵ MADDISON, 1985, “Países capitalistas avançados”, p. 13.

³⁶ MADDISON, 1985, “Terceiro mundo”, p.13.

³⁷ MADDISON, 1985.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

⁴⁰ MADDISON, 1985.

⁴¹ Idem.

⁴² GALBRAITH, J. K. O colapso da bolsa, p. 165, 1988.

mais rica. Em 1929, os 5% da população mais rica detinha 33% da renda pessoal total. Em 1948, essa parcela era inferior a 20%. Nesse período, a renda familiar das pessoas comuns – salários, pensões e auxílio desemprego – cresceu de 61 para 71%. No entanto, a parcela da renda característica da classe rica – dividendos, juros e aluguéis – caiu de 22 para 12%. Nos anos seguintes à crise, a distribuição de renda melhorou muito em relação ao período do colapso⁴³. De modo geral, esse padrão se repetiu no Brasil e em alguns outros países, embora com intensidades diferentes.

O BRASIL PÓS-1929

Na década de 1920 a economia brasileira espelhava-se nas exportações de café, importante indutor de desenvolvimento, que certamente contribuía muito para a dinâmica de acesso aos alimentos nos principais estados produtores brasileiros. No final de 1929, “O café, o açúcar, a borracha e os outros grandes artigos brasileiros estavam em crise.”⁴⁴. Os ramos mais importantes da indústria estavam parados ou trabalhando parcialmente. O saldo da balança mercantil não era suficiente para equilibrar os compromissos financeiros internacionais e o País corria o risco de moratória. Como consequência, na esteira das fortunas norte-americanas muitas fortunas brasileiras também se evaporaram.

No entanto, “... a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados.”⁴⁵

O Brasil reduziu o impacto deflacionário resultante da queda dos preços de exportação via política de sustentação dos preços internos do café e de dispositivos de proteção à balança de pagamentos, como controle de câmbio, aumento de tarifas e depreciação da moeda. Ou seja, essa política contribuiu com a manutenção da demanda efetiva e o nível de emprego nos demais setores da economia, o que resultou em menor redução da renda brasileira durante a depressão pós-1929 – não alcançou mais do que 30% – em relação a outros países, como os Estados Unidos, onde a redução da renda excedeu 50%⁴⁶.

A incipiente financeirização^{47,48} da riqueza na economia brasileira de então foi importante fator de defesa contra a contaminação do setor agricultura pelo colapso da bolsa. Excetuando-se o café, as demais atividades agropecuárias eram conduzidas por meio de capitais próprios, e os produtores encontravam-se praticamente solventes.

Porém, como “... nem a ascensão de um ‘ciclo’ é benéfica para todos indistintamente, nem a crise desse ciclo é maléfica de uma forma generalizada...”⁴⁹, posto que a crise pós-1929 proporcionou a redistribuição de terras e renda, melhorando o padrão de vida de ex-colonos, cujo acesso às terras foi facilitado mediante liquidação de grandes fazendas, o colapso de 1929 não trouxe apenas desespero ou fome ao País, foi antes um mecanismo exógeno que induziu ao acesso à terra por milhares de famílias, especialmente imigrantes, que até então constituíam unicamente a força de trabalho dentro da empresa agrária cafeeira⁵⁰. Nesse fato consiste também a origem do forte grau de diversificação da agropecuária paulista que, embora pressionada pelo segmento sucroalcooleiro, mantém elevado grau de diversificação em sua estrutura produtiva.

A reestruturação fundiária observada pós-1929 causou a quebra do padrão monocultor com incremento substancial na oferta de gêneros de primeira necessidade, mantendo-os a preços competitivos e permitindo o acesso a tais produtos pelas populações urbanas. Assim, no Brasil a orientação para o mercado interno da produção agrícola evitou o aparecimento de surtos de escassez de alimentos.

Esse fato indica, mais uma vez, que é importante analisar uma crise não como ponto final de um surto econômico, considerando apenas a classe detentora dos meios de produção, mas também os efeitos sobre os demais participantes da estrutura produtiva. O declínio de uma atividade exportadora, como o café no início do século XX, pode direcionar a produção tanto a outra atividade de exportação como ao mercado interno, em que alterações estruturais são mais significativas. Nesse caso, a renda pode diminuir e não ser redistribuída, por restringir os postos de trabalho, caso da pecuária. Ou então a distribuição de renda pode ser melhorada, independentemente de seu patamar, e ao incrementar a demanda por bens e serviços a substituição pode acarretar maior desenvolvimento local, caso da agricultura voltada ao mercado interno⁵¹. Nos anos subsequentes ao colapso de 1929, a pro-

⁴³ GALBRAITH, 1988, p.164-165.

⁴⁴ TAUNAY, 1942, p. 377.

⁴⁵ FURTADO, Formação Econômica do Brasil, 1977, p.192.

⁴⁶ FURTADO, 1977.

⁴⁷ BRUNO, 2004. “Um processo de financeirização ocorre quando a participação relativa dos ativos financeiros no total de ativos das empresas não-financeiras e das famílias atinge cifras consideráveis por seus impactos nas decisões de investimento e acumulação de capital produtivo.”

⁴⁸ BRAGA, 2000. “... financeirização é o padrão sistêmico de riqueza como expressão da dominância financeira. Sua manifestação mais aparente está na crescente e recorrente defasagem, por prazos longos, entre os valores dos papéis representativos da riqueza – moedas convertíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral (paper wealth) –

e os valores dos bens, serviços, e bases técnico-produtivas em que se fundam a reprodução da vida e da sociedade...”; “Trata-se de padrão sistêmico porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral.” Temporalidade da Riqueza, p. 270.

⁴⁹ ZAMBONI, 1979.

⁵⁰ ZAMBONI, 1979. Estudo sobre os reflexos da crise cafeeira de 1929, sobre a estrutura produtiva do município de Dumont, Estado de São Paulo, indicou que o grupo mais afetado pela crise foi o dos proprietários rurais, que assistiram à decomposição progressiva de seus negócios, enquanto os trabalhadores tiveram seu acesso à terra facilitado, em região aonde a chegada do café havia acentuado a concentração de terras. O café no norte paulista: a crise de 1929 na Fazenda Dumont, p.1, 13 e 14).

⁵¹ ZAMBONI, 1979.

dução agrícola para o mercado interno superou rapidamente os efeitos da crise e, com a manutenção de um nível elevado da demanda interna conjugada à redução das importações, a rentabilidade de grande parte das atividades ligadas ao mercado interno se manteve ou até mesmo aumentou, enquanto os lucros das atividades de exportação caíram. Foram, então, criadas condições favoráveis à criação e ao estímulo da indústria de bens de capital. A economia brasileira encontrou não apenas uma forma de anular os efeitos depressivos externos, mas também de continuar a crescer⁵².

OITO DÉCADAS: O COLAPSO DE 2008

Na década de 1950, Galbraith previu que outra crise especulativa no mercado acionário, seguida de outro colapso, não iria repercutir na economia norte-americana da mesma forma que em 1929, pois muitos aspectos do conhecimento sobre o funcionamento da economia avançaram, e a distribuição da renda deixou de ser tão desequilibrada⁵³.

Oito décadas após o colapso financeiro de 1929, o mundo vivencia a pior crise financeira desde então. De imediato, observa-se o abandono do discurso do liberalista. As políticas protecionistas retornam – o Estado regulador ressurgiu das cinzas. Emprego e proteção social formam o alvo da “nova” economia. A preocupação premente é a contensão dos reflexos da crise, isto é, a adoção de políticas públicas de caráter anticíclicas capazes de promover a recuperação econômica em menor prazo.

Poderá o colapso financeiro de 2008 produzir uma crise agroalimentar? Um grupo liderado pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Gordon Brown, e pelo presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, acredita que a atual crise financeira poderá levar à miséria 100 milhões de pessoas, além de elevar o número de mortes entre crianças em até 400 mil por ano, ou seja, se os países centrais cortarem ajuda aos países periféricos, mais pobres, a crise pós-colapso poderá resultar em “desastre humanitário”.⁵⁴ O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss Kahn, também alerta que a recessão atual poderá levar milhões de pessoas à miséria e que há risco de conflitos, em razão da tensão social⁵⁵. Diante dos dois testemunhos, quais medidas seriam necessárias para evitar que à crise econômica se seguisse uma carestia agroalimentar?

Ações com foco na preservação da renda das famílias como o auxílio desemprego propiciam as condições de acesso à cesta básica, assim como a liberação da oferta de crédito permite dinamizar os mercados de *commodities*. Todavia, paralisar o investimento agrícola e agroindustrial,

em decorrência da preferência pela liquidez em momentos de incerteza, pode propiciar o surgimento de cenário em que as fontes de suprimento não são capazes de atender aos pedidos dos clientes (domésticos e do exterior).

Nos países e continentes em que a problemática da fome ainda não logrou equacionamento satisfatório, os padrões rudimentares dos sistemas produtivos rurais, associados a populações cujo crescimento situa-se muito acima das médias mundiais, acentuará o fenômeno com possibilidades de recrudescer os conflitos étnico-políticos e ambientais (acesso à água, por exemplo).

Somados ambos os cenários é de se esperar uma propagação da fome nos próximos anos. As agências intergovernamentais precisam iniciar conversações com os países centrais para que medidas preventivas possam ser adotadas antes que as fotos de hordas de esqueléticos ganhem as capas dos jornais e então o socorro, se ocorrer, torna-se ineficaz.

Há muita sinergia entre o mercado financeiro e a produção de alimentos. As oscilações cíclicas de curto e longo prazos nos preços de produtos e serviços e na rentabilidade dos agentes econômicos, próprias das economias de mercado, pautam os mercados de produtos agropecuários, e quando acentuadas por desaparecimento abrupto de quantidades expressivas da riqueza, tornam-se ainda mais agudas. Suas flutuações, intrinsecamente relacionadas às flutuações e/ou frustrações da oferta ou, mais comumente, com os apetites por contratos futuros dos grandes fundos de investimentos, podem amplificar as oscilações e os riscos inerentes à atividade especulativa. Simultaneamente os países, de modo geral, sofrem com o protecionismo agrícola dos países centrais, propulsores da economia globalizada por exercerem grande lastro na posição de oferta e de demanda, o que acentua os prejuízos decorrentes das crises, com perdas ainda maiores tanto para os investidores ávidos pela rentabilidade de suas carteiras de investimento como baixas nas cotações dos produtos agropecuários em geral, causando impactos diferenciados na economia mundial.

O montante de riqueza fulminada em seis meses levou mais de 15 anos para ser formado. O desaparecimento desse volume de dinheiro torna os compradores menos propensos a aceitar elevação nas cotações dos produtos, especialmente aqueles em que não existem mecanismos de cartelização, os produtos agropecuários. Esse tipo de pressão tenderá a rebaixar os preços recebidos pelos agricultores e distanciará-os ainda mais de posição na medida em que a sua rentabilidade permita promover inversões que garantam saltos de produtividade ou na qualidade final de suas matérias-primas.

⁵² FURTADO, 1977, p.198 e 199.

⁵³ GALBRAITH, 1988.

⁵⁴ GRUPO ESTADO, 2009a.

⁵⁵ GRUPO ESTADO, 2009b.

No Brasil, os setores mais dependentes da demanda externa e dos preços internacionais, como as *commodities* agrícolas, minerais e metálicas, e os mais dependentes dos fluxos de crédito para consumo, como o automobilístico, construção civil e bens de consumo duráveis, foram os primeiros a sentir a crise atual.⁵⁶

Como se comportará o mercado de trabalho diante desse cenário? No mundo todo, centenas de milhares de demissões têm sido anunciadas diariamente.

No Brasil, apenas no Estado de São Paulo 236 mil postos de trabalho foram fechados entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009⁵⁷ – ou 8,5% do total dos postos de trabalho que existiam no setor até setembro –, quando, pelo quinto mês consecutivo, as demissões superaram as contratações na indústria paulista, o que significou o pior resultado para um mês de fevereiro na série histórica da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), iniciada em julho de 1994.

Para alguns segmentos há indícios de que a perda de postos de trabalho poderá se reduzir a partir de março de 2009⁵⁸, mas estudo recente do professor Waldir Quadros, da Universidade Estadual de Campinas, indica que o quadro atual de desemprego no Brasil “... aponta para o provável agravamento da vulnerabilidade social do País”⁵⁹, pois informações da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do IBGE, de 2007, indicam que cerca de dois terços das pessoas desocupadas estão divididos entre os estratos chamados de “baixa classe média” ou “classe C” e a “massa trabalhadora” ou “classe D”, pois o avanço da estrutura social observado no País entre 2004 e 2007 atingiu principalmente as famílias que viviam na miséria ou na pobreza.

É importante lembrar que, apesar de alguns cenários mais otimistas quanto aos rumos do desemprego na crise atual, os níveis atuais, embora elevados, ainda se encontram muito abaixo daqueles observados na crise de 1929, em muitos países. Nos EUA, por exemplo, as curvas de desemprego de todos os períodos críticos da história norte-americana pós-1929⁶⁰ indicam que a atual alta no percentual de desempregado é significativa quando comparada a outros momentos de recessão, porém ainda está longe de se comparar com a alta observada na crise que se iniciou em 1929⁶¹.

As medidas para conter a crise atual retomam políticas protecionistas de décadas passadas e elegem os gastos governamentais como prioridade. A princípio, os países mais desenvolvidos parecem se dividir em duas frentes,

com relação à intensidade de tais medidas: os Estados Unidos, apoiados por Japão e China, defendendo posição mais agressiva, e a Europa, mais comedida, recomendando contenção de excessos nos mercados⁶². A União Europeia (UE), em síntese, defende a criação de um sistema global de regulação do mercado financeiro e de suas instituições, enquanto os EUA insistem na adoção de receitas domésticas de controle do setor. Nesse cenário, o Brasil, a princípio, parece se alinhar à UE, em função de sua bem-sucedida experiência com o setor financeiro nacional, muito normalizado pelo seu Banco Central.⁶³

Porém, para avaliar os resultados da crise sobre a fome no mundo atual, ainda mais importante do que o volume de dinheiro público injetado na estatização de bancos, seguradoras e corretoras de imóveis ou destinados a salvar montadoras e outros conglomerados da indústria manufatureira é necessário rastrear quanto desse dinheiro irá para a agricultura. Se o volume for irrisório e em função disso o investimento na produção primária e na transformação agroindustrial for restringido, qual seu efeito sobre as condições da oferta de alimentos e em última instância sobre a problemática do acesso a esses alimentos e na propagação da fome?

Ademais, grande parte da população dos países ricos passará a poupar boa parte de sua parca renda, visando recompor seu patrimônio, acentuando ainda mais a diminuição da demanda por bens de consumo e fazendo encolher a possibilidade de venda ao exterior dos excedentes da produção existente nos países superavitários. Menor liquidez no segmento traduz-se em menor volume de investimentos, que, se associada à baixa generalizada nas cotações, concede margem para a formulação de cenário não muito promissor para o investimento privado, que é o lastro da produção e do abastecimento futuros.

Para o Brasil, as recomendações de profissionais apontam para a necessidade de redução do superávit e das taxas de juros e aumento dos gastos públicos em programas de apoio à geração de empregos. A redução dos juros visa à expansão do crédito, ao abrandamento da taxa de redução da atividade econômica e à redução do custo financeiro da dívida pública. Em razão disso, especialistas compartilham a ideia de que a atual crise poderá trazer ao Brasil oportunidades de crescimento industrial, a partir do crescimento do mercado interno, especialmente via políticas de desenvolvimento industrial no médio e longo prazos.^{64, 65} Recomendações dessa mesma natureza têm sido discutidas em âmbito internacional, visando estimu-

⁵⁶ UNICAMP, 2009. Jornal da UNICAMP, 30 de março a 05 de abril de 2009, p. 5-7.

⁵⁷ GRUPO ESTADO, 2009f.

⁵⁸ GRUPO ESTADO, 2009g.

⁵⁹ ALVES FILHO, Jornal da UNICAMP, 23 a 29 de março de 2009, p.3.

⁶⁰ Setembro de 1929, julho de 1974, março de 1980, julho de 1981, junho de 1991, fevereiro de 2001 e dezembro de 2007.

⁶¹ GUTERMAN, 2009.

⁶² GRUPO ESTADO, 2009d.

⁶³ GRUPO ESTADO, 2009e.

⁶⁴ Prof. Waldir Quadros, in ALVES FILHO, Jornal da UNICAMP, 23 a 29 de março de 2009, p.3.

⁶⁵ UNICAMP, 2009. Jornal da UNICAMP, 30 de março a 05 de abril de 2009, p. 5-7.

lar a economia global para tirá-la da recessão. Também são estudadas interna e externamente medidas para evitar crises futuras, tais como a regulamentação internacional de bancos e instituições financeiras em geral⁶⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, quais as diferenças fundamentais entre o ambiente econômico no período 1929-1938 e aquele que se prenuncia na crise atual?

No período 1929-38 "... ocorreu uma desintegração da ordem econômica internacional, com um colapso no volume do comércio internacional, criação de barreiras comerciais, controle de câmbio e discriminação do comércio entre os blocos econômicos. O mercado internacional de capitais também cedeu sob o peso da moratória da insegurança criada pela hostilidade entre os países capitalistas mais avançados."⁶⁷

No momento atual, três cenários são possíveis para a elaboração de estimativas quanto à superação da crise econômica. Os otimistas prevêem que no segundo semestre o sistema econômico estará exibindo sinais de recuperação. Os moderados adiam para meados de 2010 o prazo para a saída da recessão e os pessimistas prevêem que uma recuperação somente comece em 2011. Todos os cenários são plausíveis, todavia, a cada semana que passa novas informações negativas surgem, e parece haver um fortalecimento das opiniões pessimistas sobre o devir. A harmonização da política macroeconômica dos países centrais, associada a medidas que tornem o mercado de títulos financeiros mais regulado, poderá antecipar a retomada dos negócios e a volta para o crescimento.

No entanto, sob qualquer cenário supradelineado, haverá propagação da fome no curto e médio prazos, pois são exceções os países com estoques alimentares necessários para atender à demanda de suas populações em situações como a atual. Mitigar o avanço da fome requer maior interesse em ampliar os auxílios e eliminar barreiras comerciais e sanitárias que excluem os países em desenvolvimento dos portentosos mercados agroalimentares das nações desenvolvidas. Talvez essa última medida seria a mais indicada para o fortalecimento da agricultura na periferia e para a geração de excedentes passíveis de atender tanto às exportações como às necessidades domésticas. Mais do que nunca, encontrar um novo marco regulatório para as transações internacionais é crucial para não só a superação da crise como também evitar maior necessidade de apoio alimentar às populações em risco de fome.

A dinâmica do investimento não pode ser esquecida. No Brasil, são inúmeros os relatos de consideráveis perdas financeiras motivadas pela busca de ganhos especulativos no mercado de títulos cambiais e outros derivativos. Na Sadia, por exemplo, maior grupo de abate e preparação de carnes, perdas financeiras de R\$ 3,89 bilhões se converteram em prejuízo de R\$ 2,55 bilhões no balanço de 2008. Seguramente, a recomposição desse patrimônio desmantelado será o foco da atuação da empresa nos próximos anos, e os novos investimentos serão ou adiados ou cancelados. Todo o mercado se ressentirá dessa estratégia, uma vez que nas carnes situam-se os produtos com maior elasticidade renda da agropecuária, e sem investimentos uma recuperação econômica, ainda que tardia, surpreenderá o segmento no contrapé.

A humanidade precisa de alimentos seguros, em quantidades suficientes e produzidos de forma sustentável. A interrupção de investimentos nesse segmento e/ou o poupanamento no emprego de tecnologias modernas são fatores que logo terão um custo muito alto, pois se há um grande ensinamento que emerge do atual colapso é que a economia deve estar a serviço do homem e não ao contrário.

Definido o conceito de "fome", debatidos os possíveis efeitos da crise financeira sobre a expansão, ou quem sabe sobre a perpetuação da fome no mundo, assim como as prováveis correlações entre as políticas econômicas atuais e uma possível crise agro-alimentar, questiona-se: seria a fome uma consequência de questões financeiras, tecnológicas ou políticas? As informações congregadas nesta análise indicam que a fome espelha todas essas questões.

REFERÊNCIAS

- Abbate VP (2006) Fome e Tecnologia. *Vox Scientiae Ciência & Tecnologia*, 32:s/p. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/njr/voxscentiae/vinicius32.html>.
- Alves Filho M (2009) Estudo mostra que avanço social não reduziu desemprego nas classes C e D. *Jornal da Unicamp, UNICAMP, Campinas*, 23 a 29 de março de 2009, p. 3.
- Aureliano LM. (1999) No limiar da industrialização. 2. ed. Campinas, UNICAMP/IE 145p.
- Braga JCSB (2000) Temporalidade da Riqueza. Instituto de Economia, Campinas, 342 p.
- Bruno MAP Wage-labor nexus (2004). Financeirização e acumulação de capital no Brasil: evolução, configuração atual e interdependências estruturais. In: 9º Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia. Anais, Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP, CD-ROM.
- Caminoto J (2008) "A ajuda não faz bem à África". *Época* 565:70-71. Entrevista com Dambisa Moyo.
- Ciência Tecnologia e Inovação como motores do desenvolvimento (2005) Joint Centre for Bioethics – Canadá. Disponível em: <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=010175050114>. Acessado em 02 de abril 2009.

⁶⁶ GRUPO ESTADO, 2009c.

⁶⁷ MADDISON, 1985, p.77.

- Coutinho LG . (s/d a) Os anos vinte na Europa. Campinas, Unicamp, 23 p.
- Coutinho LG. (s/d b) Das políticas de recuperação a II guerra mundial: o New Deal. Campinas, Unicamp, 60 p.
- Dillard DD (1993). A teoria econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária. 7. ed. São Paulo, Pioneira. 334p.
- FAO - Organización De Las Naciones Unidas Para La Agricultura Y La Alimentación (2008). El Estado Mundial De La Agricultura Y La Alimentación, Roma, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acessado em março de 2009.
- Furtado C (2007) Formação econômica do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras. 350p.
- Galbraith, JK (1988). 1929 O colapso da bolsa. São Paulo, Pioneira. 183p.
- Grupo Estado (2009a) Crise ameaça se transformar em “desastre humanitário”. O Estado de São Paulo, Economia. São Paulo. Disponível em: http://www.estadao.com.br/economia/not_eco338267,0.htm. Acessado em 13 de março de 2009.
- Grupo Estado (2009b) Crise jogará milhões na miséria. O Estado de São Paulo, Economia. São Paulo. Disponível em: http://www.estadao.com.br/economia/not_eco343261,0.htm. Acessado em 23 de março de 2009.
- Grupo Estado (2009c) Entenda o que está em jogo na Cúpula do G20, em Londres. O Estado de São Paulo, Economia. São Paulo, Disponível em: http://www.estadao.com.br/economia/not_eco346318,0.htm. Acessado em 28 de março de 2009.
- Grupo Estado (2009d) G-20 se divide sobre qual deve ser resposta à crise. O Estado de São Paulo, Economia. São Paulo. Disponível em: http://www.estadao.com.br/geral/not_ger338320,0.htm. Acessado em 13 de março 2009
- Grupo Estado (2009e). Brasil se alinha à EU contra os EUA. O Estado de São Paulo. Economia & Negócios. São Paulo, Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090329/not_imp346439,0.php. Acessado em 29 de março 2009
- Grupo Estado (2009f). Indústria corta 236 mil vagas em SP. O Estado de São Paulo, Economia, São Paulo. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090313/not_imp338085,0.php. Acessado em 13 de março 2009.
- Grupo Estado (2009g). Indústria corta mais empregos, mas tenta se recuperar. O Estado de São Paulo, Economia, São Paulo. Disponível em: http://www.estadao.com.br/geral/not_ger337917,0.htm. Acessado em 12 de março 2009.
- Guterman, M (2009) A dimensão da crise. O estado de São Paulo. Política Internacional, história e algumas coisas legais. São Paulo, Disponível em: http://blog.estadao.com.br/blog/guterman/?title=a_dimensao_da_crise&more=1&c=1&tb=1&pb=1 . Acessado em: 30 de março 2009
- Keynes JM (2007) A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo, Atlas, 328 p. na nota de rodapé 31 está 1982
- Kuriha KK (1961) Introdução a Dinâmica Keynesiana. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, Biblioteca Fundo Universal de Cultura Estante de Economia, 298p.
- Lima Sobrinho AE (1981) Fome, Agricultura e Política no Brasil: a Chantagem Alimentar. Ed. Vozes, Petrópolis, p. 120.
- Maddison A (1985) Two crises: Latin America and Asia – 1929-38 and 1973-83. Paris, OECD. 105 p.
- Nogueiroi, CL (2008) Histórias e lendas de Santos: O auge do café e o início do porto santista. Santos de Antigamente. Queima de café em 1931 - Jornal Eletrônico Novo Milênio. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos081.htm>. Acessado em 06 de março 2009.
- Prado AJC (2007). Neoliberalismo e desenvolvimento: a desconexão trágica. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 204 p.
- Silva JG (2009) Sobre bônus e fome . Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. Escritório regional para América Latina e Caribe. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/pr/quienes/dg/articulos/art22.htm>. Acessado em 25 de março 2009.
- Taunay AE (1942) História do Café no Brasil. v.13, tomo I, Rio de Janeiro, Editora?. 549p.
- UNICAMP (2009) Cenários da crise. Jornal da UNICAMP, UNICAMP, Campinas, 30 de março a 05 de abril de 2009, p.5-7.
- Zaluar Alba (1985) A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Brasiliense, p.265.
- Zamboni SP (1979) O café no norte paulista: a crise de 1929 na Fazenda Dumont. Dissertação de mestrado, ESALQ/USP, Piracicaba, 87p.